

Produção e Transferência do Conhecimento Técnico Como Instrumento de Combate à Pobreza: As Experiências do Núcleo/Incubadora Unitrabalho-Uem no Estado do Paraná-Brasil

RESUMO

Nas atuais economias desenvolvidas, o conhecimento constitui-se o maior investimento. Nesta perspectiva o Estado brasileiro vem se empenhando na criação de mecanismos que possibilitem a produção e difusão do conhecimento além do caráter meramente quantitativo da riqueza. Para o atendimento destes objetivos, as universidades públicas têm executado ações estratégicas tanto na produção quanto na transferência do conhecimento enquanto instrumento de combate à pobreza. Assim, o objetivo do artigo consiste em evidenciar a importância da incubadora de empreendimentos econômicos solidários UNITRABALHO-UEM no que concerne ao processo de produção e transferência do conhecimento para a geração de trabalho e renda à população necessitada em sua região de abrangência. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, para a qual utilizou-se fontes secundárias produzidas pelo Núcleo/Incubadora da UNITRABALHO-UEM e outras instituições nacionais. Realizou-se também pesquisa de campo, com a obtenção de dados primários oriundos dos membros dos empreendimentos solidários. Os resultados revelam que a produção do conhecimento é produzida conjuntamente com os cooperados dos empreendimentos visto que as soluções de problemas e dos desafios são na verdade encontrados e apontados pelos próprios membros dos empreendimentos. Portanto, o papel que o agente incubador desempenha consiste em estabelecer parcerias, buscar articulações necessárias para o desenvolvimento das atividades dos empreendimentos além de proporcionar o acesso a informações. Ademais, o estudo ainda revela que a transferência do conhecimento ocorre somente quando os integrantes dos empreendimentos se apropriam da sua gestão.

Palavras-chave: Conhecimento; Combate à pobreza; Economia solidária; Emprego e renda; UNITRABALHO-UEM; Brasil

1 Introdução

As desigualdades sociais são inerentes à história econômica do Brasil. Tais contribuíram significativamente para as situações de extrema pobreza que incorrem milhões de famílias brasileiras. Viver em condições absolutamente precárias em termos de saúde, habitação, alimentação, educação, acesso ao trabalho e de exclusão dos seus direitos mais fundamentais tem sido a realidade de boa parte da população, excluídos do processo de crescimento e desenvolvimento econômico do país.

Nesse contexto, destaca-se a necessidade de intervenção do Estado na formulação de políticas públicas que visam amenizar as vulnerabilidades incorridas pelas famílias. Entre outras funções, cabe ao Estado identificar as causas e consequências da pobreza, assim como as maneiras para erradicá-la, de forma a reduzir as desigualdades sociais. Além disso, o Estado é responsável pela regulamentação das formas de distribuição dos bens sociais e pela correção das distorções que os mecanismos reguladores das relações de mercado possam provocar.

No Brasil, um exemplo de atuação do Estado na tentativa de reduzir as desigualdades sociais e combater a pobreza, promovendo a produção e a transferência do conhecimento técnico, é a Rede Unitrabalho (Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho), a national network of universities and higher education institutions. Um dos projetos que integram a Rede Unitrabalho no Brasil são as incubadoras de empreendimentos solidários (incubadoras universitárias tecnológicas de cooperativas populares).

Para tanto, este artigo tem como objetivo evidenciar a importância da incubadora de empreendimentos econômicos solidários UNITRABALHO-UEM no que concerne ao processo de produção e transferência do conhecimento para a geração de trabalho e renda à população necessitada em sua região de abrangência. A hipótese central da pesquisa consiste na compreensão de que as atividades desenvolvidas pelo núcleo de economia solidária podem contribuir para promover a produção e a transferência do conhecimento técnico às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

O artigo está estruturado em quatro seções, incluindo esta introdução e as considerações finais. A segunda seção discute o contexto brasileiro de desigualdade sociais bem como a importância da intervenção do Estado na promoção de políticas de produção e transferência do conhecimento técnico, destacando a função das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e dos Núcleos/Incubadoras de Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho. Na seção três descreve-se a experiência do Núcleo/Incubadora Unitrabalho da UEM no processo de incubação dos empreendimentos econômicos solidários que envolvem os trabalhadores carentes, bem como as características acerca do processo de produção e transferência do conhecimento entre os técnicos e cooperados.

2 As Universidades e os Empreendimentos Solidários no Brasil

Existe um relativo consenso entre cientistas, governantes e a sociedade, em geral, de que o conhecimento e a sua difusão estão diretamente associados ao crescimento econômico das nações, sobretudo, das mais desenvolvidas. Atualmente, o governo brasileiro entende que o conhecimento é um poderoso instrumento de melhoria das condições de vida das pessoas, e as universidades uma das instituições mais importantes na produção e transferência deste conhecimento para a sociedade.

Neste sentido, o governo federal tem direcionado recursos humanos e financeiros às instituições de ensino superior do Brasil, que participam de programas ligados à economia solidária, sobretudo, os de criação de empreendimentos econômicos solidários de autogestão, por se constituírem em importantes mecanismos de redução da pobreza e das desigualdades no país.

Assim, desde meados da década de 1990, as universidades brasileiras vêm avançando na execução de projetos, ações e programas direcionados especificamente a empreendimentos desta natureza, em atendimento às necessidades de emprego e renda por parte da população de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social.

Da mesma forma, o governo federal vem exercendo funções fundamentais no financiamento destas ações desenvolvidas pelas universidades, e que envolvem a Graduação e a Pós-Graduação, além da criação de organismos, núcleos, órgãos e unidades no interior das referidas instituições. O objetivo é promover o intercâmbio, a transferência de conhecimentos universidade/comunidade e comunidade/universidade, de forma que haja um crescimento mútuo. Trata-se da união do conhecimento científico com o popular,

da teoria com a prática, resultando na melhoria das condições de vida da população necessitada.

É relevante ressaltar que o Brasil, desde a última década do século XX, tem sido um espaço fecundo para o desenvolvimento de uma nova estratégia nacional de desenvolvimento, voltada para o estímulo, a proposição e a execução de políticas públicas que possibilitem melhorias nas condições de vida da população excluída do seu processo de desenvolvimento.

O Estado brasileiro atual reconhece que a pobreza e as desigualdades sociais e espaciais são questões socioeconômicas que têm acompanhado a história deste País desde o início da sua colonização, em 1530. Atualmente, é no mínimo contraditório e vergonhoso um país ter o posto de sexta maior economia do mundo e ao mesmo tempo conviver com altos índices de pobreza, milhões de pessoas em situações de extremas vulnerabilidades. Por isto, prioriza ações que possam corrigir as distorções do processo de desenvolvimento brasileiro, cujo modelo sempre foi concentrador e excludente.

Entende-se que a pobreza e as desigualdades suscitaram, ao longo dos séculos, o estabelecimento de políticas públicas governamentais e a criação de instituições voltadas para a redução das mesmas. Contudo, sabe-se que este cenário está sendo alterado com o advento de um novo direcionamento das políticas sociais brasileiras, responsáveis em boa parte pela tentativa em reverter a situação descrita. Como sinal da busca em amenizar as diversas situações de vulnerabilidades que atingem significativa parte da população brasileira, observa-se nos últimos anos, especialmente durante a intitulada “década de ouro” (2000 a 2010), que o país apresentou evolução positiva em termos de melhorias sociais, garantias aos direitos, sobretudo, no atendimento às necessidades da população mais pobre.

Aliadas ao sucesso das políticas sociais, consideradas modelo para o mundo, tem-se a integração das universidades com as comunidades carentes, fomentando o surgimento de empreendimentos coletivos, sob a forma de autogestão, nas áreas da produção de bens e serviços, consumo, crédito e finanças. Estes empreendimentos, direcionados a população de baixa renda compõem a chamada economia solidária.

Estes empreendimentos solidários apresentam características específicas. Entre elas se destacam o fato de se constituírem em organizações urbanas ou rurais, baseadas na livre associação, na autogestão e de processo decisório democrático, podendo ser estes empreendimentos tanto de produção, como de consumidores e de crédito. Para Culti, Koyama e Trindade (2008, p. 15):

“A economia solidária vem se transformando em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda. Seus empreendimentos são formados predominantemente por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados ou em via de desemprego, trabalhadores de mercado informal ou subempregados e pelos empobrecidos”.

E neste particular, as universidades brasileiras têm participado ativamente, sobretudo, na transferência de conhecimento para o desenvolvimento de ações alternativas ligadas a geração de emprego e renda para a população excluída dos modelos de crescimento econômico do país, através das chamadas incubadoras de empreendimentos solidários¹.

¹ Um dos projetos que integram a Rede Unitrabalho no Brasil são as incubadoras de empreendimentos solidários (incubadoras universitárias tecnológicas de cooperativas

Por meio das incubadoras, o conhecimento teórico produzido nas universidades chega até a população necessitada e, por outro lado, estas instituições enriquecem o seu conhecimento e a produção dos mesmos, quando recebe o conhecimento popular resultante da prática dos trabalhadores. Trata-se da existência de uma conexão direta entre teoria e prática, num processo de aprendizado mútuo.

Neste particular, é preciso valorizar a atuação da Universidade, pois se de um lado ela produz conhecimento e tecnologia que reforça o Capitalismo e seu processo de acumulação que leva a crescente exclusão social, o individualismo e a concentração de riqueza, por outro, com empreendimentos econômicos solidários evidencia a capacidade humana de superação e solidariedade.

Para Singer (2004), assim como a carência de recursos financeiros obriga as pessoas a se organizarem, morar juntas para reduzir custos, em uma prática de ajuda mútua, pela sobrevivência, o combate à pobreza requer o desenvolvimento das comunidades pobres, de forma benéfica a todos, no seu conjunto. Isto pode ser induzido por meio da criação de novas atividades econômicas ou da melhoria das existentes.

A primeira experiência desta natureza no Brasil se deu na UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a criação da ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, em meados dos anos 1990 e os resultados da ITCP/RJ impressionaram. Em 2003, um estudo realizado pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - mostrou que o trabalho da referida incubadora totalizou 28.110 postos de trabalho diretos e indiretos, ocupados por cooperados de Cooperativas Populares. Atualmente são várias ITCPs fundadas nas diversas universidades brasileiras, culminando na criação da Rede Unitrabalho. Esta última, unida ao grupo de trabalho sobre economia solidária, faz a articulação entre os professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos das instituições de ensino superior brasileiras para ofertarem suporte às cooperativas populares. (ARAÚJO, 2003)

Assim, a Rede Unitrabalho é composta por um conjunto de incubadoras, interligadas entre si, que transferem conhecimento sobre empreendimentos de autogestão, especialmente para a população que não dispõe de recursos. Os recursos financeiros são obtidos da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, da FBB - Fundação Banco do Brasil e do COEP - Comitê de Entidades Públicas no Combate a Fome e pela Vida.

Entre as parcerias e órgãos apoiadores se destacam instituições como a Emater - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena e Média Empresa, os IDRs - Institutos de Desenvolvimento Regional, instituições governamentais e não governamentais, entre outros. (CULTI, KOYAMA, TRINDADE, 2010)

Como já mostrado, nos últimos anos tem crescido o número de incubadoras universitárias no Brasil. Atualmente 100 universidades brasileiras possuem incubadoras. As instituições de Ensino Superior agregadas a Rede Unitrabalho são responsáveis por investigar os problemas, vulnerabilidades de ordem social que ocorrem nas comunidades em que estão inseridas.

populares), objeto deste estudo. Sua origem está associada indiretamente a campanha “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, iniciada em 1992 pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, benemérito da cidadania.

A próxima seção irá apresentar a experiência do Núcleo/Incubadora Unitrabalho da UEM no processo de incubação dos empreendimentos econômicos solidários que envolvem os trabalhadores carentes, bem como as características acerca do processo de produção e transferência do conhecimento entre os técnicos e cooperados.

3 A experiência do Núcleo/Incubadora Unitrabalho da UEM no processo de incubação dos empreendimentos econômicos solidários – Transferência do Conhecimento

Para melhor compreensão acerca do objetivo geral do trabalho, esta seção foi organizada em dois momentos: no primeiro será apresentada a Unitrabalho/rede nacional com seus fundamentos e objetivos, bem como a Unitrabalho/UEM apresentando sua formação, forma de atuação, sua equipe de trabalho e os empreendimentos beneficiados; no segundo momento apresentam-se os resultados do estudo em termos de produção e transferência de conhecimento no contexto dos empreendimentos atendidos pela Unitrabalho/UEM.

3.1 Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Unitrabalho

a) Unitrabalho – Rede nacional

A UNITRABALHO é uma fundação de direito privado e sem fins lucrativos que funciona em Rede Nacional, interligando mais de 60 universidades e instituições de ensino superior por meio dos Núcleos Locais e Incubadoras, organizados por regiões (UNITRABALHO UEM, 2013). Essa fundação foi criada em 1996 com o intuito de contribuir para o resgate da dívida social que as universidades brasileiras têm com a sociedade. Portanto, suas atividades são desenvolvidas por meio da parceria em projetos de estudos, pesquisas e capacitação.

Por meio do seu trabalho, a UNITRABALHO visa “garantir o acesso adequado e permanente pelos trabalhadores à produção científica acumulada no âmbito acadêmico” e “internalizar nas Instituições de Ensino Superior o debate sobre a dinâmica das relações de trabalho e dos movimentos sociais” (UNITRABALHO UEM, 2013, p. 1). Os docentes envolvidos nas atividades desenvolvem atividades acadêmicas convergentes com o objetivo de produzir estudos multidisciplinares e ações que busquem tanto o aprofundamento das discussões em termos acadêmicos quanto a interface com as organizações sociais .

Para tanto, o processo de incubação envolve a participação direta dos integrantes dos empreendimentos em conjunto com a equipe da Incubadora. A participação dos beneficiários na gestão dos projetos ocorre porque a incubação se dá por meio de um processo coletivo no qual a equipe necessariamente interage com os beneficiários do atendimento buscando de forma conjunta o encaminhamento e as possíveis soluções dos desafios que estes enfrentam em seu dia a dia (GONÇALVES, *et al*, 2012).

b) Núcleo/Incubadora Unitrabalho na Universidade Estadual de Maringá-UEM

O Núcleo/Incubadora Unitrabalho/UEM iniciou suas atividades outubro de 1998 e desde então desenvolve suas ações de pesquisa e extensão focadas num processo educativo dirigido aos trabalhadores (rurais/urbanos). Essas ações são desenvolvidas mediante a participação e o diálogo entre docentes, técnicos, estagiários com os beneficiários dos

projetos. As ações compreendem diversos aspectos de organização do trabalho e de autogestão dos empreendimentos (de ordem jurídica, contábil, financeiro e outros necessários). Neste sentido, prioriza desenvolver projetos em áreas estratégicas para o desenvolvimento social das cidades paranaenses, em especial as que apresentem baixo IDH.

A equipe de trabalho da Unitrabalho-UEM é composta por: 2 professores coordenadores, 9 professores orientadores, 12 técnicos e 46 estagiários. Diante da necessidade de agregar várias áreas do conhecimento produzido na universidade, os docentes, os técnicos e os estagiários são provenientes das mais diversas áreas, tais como: educação, sociologia, economia, administração, contabilidade, direito, psicologia e outras mais de acordo com o ramo de atividade do grupo ou empreendimento, como a agronomia, zootecnia, engenharia de alimentos entre outras.



Figura 1 – Sede do Núcleo /Incubadora UNITRABALHO UEM

Fonte: www.unitrabalho.uem.br

O principal objetivo dos docentes, técnicos e alunos do Núcleo/Incubadora é promover a geração de renda e a consolidação dos empreendimentos de autogestão, gerar e transferir conhecimento e tecnologias de aplicação adequada a estes pequenos empreendimentos. Além disso, busca atuar em estreita articulação e parceria como o poder público e a iniciativa privada para o benefício dos trabalhadores atendidos por meio dos projetos.

O processo de seleção dos beneficiários respeita a proposta inicial do projeto, contemplando grupos rurais e urbanos, com prioridade para o primeiro e no decorrer do projeto surgiram demandas por parte de prefeituras e grupos, principalmente na área rural. Após análise por parte da equipe, alguns grupos foram inseridos em substituição àqueles

que não tiveram continuidade ou que não progrediram no processo de incubação. Os beneficiários são grupos informais e empreendimentos nas zonas urbanas e rurais. Trata-se de cerca 654 famílias, num total aproximado de 2.450 pessoas, procedentes dos 25 grupos e empreendimentos de Economia Solidária, considerando os assentamentos da reforma agrária e os produtores da agricultura familiar, localizados na região metropolitana de Maringá.

3.2 Produção e transferência de conhecimento no âmbito da Unitrabalho/UEM

Como já mencionado anteriormente no texto, as ações desenvolvidas visam promover a geração de renda, autogestão dos empreendimentos, geração e transferência de conhecimento e de tecnologias adequadas a estes pequenos empreendimentos. Portanto, o presente estudo busca demonstrar como se dá esse processo geração e transferência de conhecimento e de tecnologias entre os integrantes da equipe da Unitrabalho/UEM e os empreendimentos beneficiados.

Para o desenvolvimento de suas ações a Unitrabalho/UEM conta com a elaboração de projetos que buscam recursos financeiros do Governo Estadual e Federal que visam promover a geração de renda e inclusão social. A cada nova chamada de projetos por meio da publicação de editais, reúnem-se, principalmente, os técnicos, os docentes e os coordenadores para a construção dos mesmos. Os projetos são elaborados com base nas necessidades encontradas pelos empreendimentos, sejam eles de infra estrutura, de assistência técnica, de cursos de extensão, assistência sistemática, entre outros.

A partir da aprovação dos projetos a equipe inicia (ou dá continuidade ao) seu trabalho junto aos empreendimentos de acordo com as metas estabelecidas nos projetos. É relevante salientar que, essas metas são elaboradas com base nas necessidades e demandas que surgem durante o processo de incubação.

Para melhor compreensão de como são alcançadas essas metas, e assim evidenciar a forma de atuação da Unitrabalho/UEM, demonstrando como se dá o desenvolvimento das ações bem como a geração e o desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia, serão utilizados os casos de dois empreendimentos rurais atendidos pela Unitrabalho/UEM, a saber: a Cooperativa de Produtores familiares de maracujá orgânico – COOPERATVAMA e os Grupos de produtores rurais assentados da reforma agrária.

A Cooperativa de Produtores familiares de maracujá orgânico – COOPERATVAMA é composta de 77 produtores familiares de maracujá orgânico, sendo 32 já certificados e os demais em processo de certificação, localizados no distrito de Poema - município de Nova Tebas.

Os **Grupos de produtores rurais assentados da reforma agrária** são formados por 4 assentamentos da Reforma Agrária chamados: Roncador e Marajó, no município de Quinta do Sol e Santa Rita e Monte Alto no município de Peabiru. São 220 produtores familiares de assentamentos da reforma agrária. Seu trabalho iniciou com a produção de leite e maracujá, entre outras frutíferas e grãos/cereais. Com continuidade do trabalho com os grupos dos assentamentos, da pecuária de leite e fruticultura, foi iniciado um processo para constituição de uma Cooperativa, envolvendo também produtores familiares dos municípios de Engenheiro Beltrão e Quinta do Sol. Durante esse processo foram realizadas várias assembleias para a constituição e estudo do Estatuto Social da Cooperativa e para integração dos produtores familiares e os assentados. A partir dessas discussões foi criada

uma cooperativa denominada como: Cooperativa dos Agricultores Familiares do Vale do Ivaí - COOPERIVAÍ.

A seguir são elencadas algumas das ações desenvolvidas nos últimos 3 anos. Essas ações são decorrentes das necessidades e dificuldades manifestadas pelos empreendimentos.

COOPERATVAMA

- Foi realizado em janeiro/2011 uma parceria com EMATER e o Engenheiro agrônomo da Prefeitura de Poema para o levantamento de produção de frutíferas orgânicas (maracujá, acerola, abacaxi, morango, laranja caipira) no município de Poema, a fim de planejar o funcionamento da agroindústria de polpa da COOPERATVAMA que está sendo implantada no município.
- Foram elaboradas cartilhas sobre utilização e preparo de caldas utilizadas na agricultura. Este material foi distribuído entre os produtores no intuito de guiá-los sobre metodologia de preparo, quantidades utilizadas e aplicações, baseados praticamente em plantas e produtos naturais disponíveis na propriedade.
- A equipe da Unitrabalho/UEM acompanhou a atualização do planejamento em fevereiro/2012 com os cooperados da COOPERATVAMA.
- Foi produzido pelos técnicos um material didático e foi realizada uma oficina sobre “Construção e implantação de minhocário de baixo custo”. Esta prática levada aos produtores permite que os mesmos produzam seu próprio adubo orgânico (húmus de minhoca) pela utilização de esterco e restos de cultura disponíveis na propriedade.
- Assistência técnica a agroindústria da COOPERATVAMA na compra/licitação dos equipamentos realizada por estagiários do curso de Engenharia de Produção nos meses de março a maio de 2012.
- Alguns produtores de frutíferas orgânicas já produzem suas próprias mudas de maracujá e morango. Com as visitas técnicas periódicas, estas práticas estão sendo incentivadas e ajustado o modo de produção a fim de otimizar o processo.



Figura 2 – Cooperados e Agroindústria de Polpa de Frutas Orgânicas - Cooperatvama

Fonte: www.unitrabalho.uem.br

Grupos de produtores rurais assentados da reforma agrária

- Foram prestadas orientações de Práticas de Manejo de Ordenha e seus efeitos na Qualidade Nutricional e da Microbiológica do leite de produtores da Agricultura Familiar nos assentamentos de Quinta do Sol e Peabiru.
- Realizado um curso sobre “Inseminação artificial” aos produtores dos assentamentos de Quinta do Sol em Maringá, em duas etapas, uma teórica e outra prática, nos meses de outubro e novembro/2012.
- Introduzido o uso de Fichas de controle de produção para avaliação e monitoramento da produção de leite (índices zootécnicos) nas propriedades atendidas de Quinta do Sol.
- Elaborado projeto para implantação de tecnologias sociais, no qual uma das metas é a construção de horta mandala, cisterna e fossa séptica em assentamentos da reforma agrária. Além do orçamento para implantação, estão sendo realizadas reuniões com os produtores sobre o melhor local para implantado.
- De acordo com a demanda dos produtores para escoamento da produção, foi realizado levantamento de tudo que é produzido nos assentamentos de Peabiru e Quinta do Sol. Com estes dados, foi feita proposta ao prefeito de Quinta do Sol, sobre implantação de Central de Comercialização no centro da cidade. A sugestão foi aprovada e instalada a chamada “Feira Permanente”, em funcionamento desde maio/2012.
- Orientação para busca de subsídios junto ao poder público municipal e elaboração de documento oficializando a Câmara Municipal, pedido de subsidio financeiro para minimizar custos operacionais fixos.
- Elaboração de um questionário estruturado para estudo de mercado visando crescimento da comercialização dos produtos por meio da “Feira Permanente”. Aplicação de 199 questionários na região central do Município de Quinta do Sol. Tabulação e análise dos dados da pesquisa de mercado. Apresentação dos resultados do estudo de mercado, junto com a análise econômico-financeira do período de maio/2012 a março/2013 aos cooperados em assembleia em maio/2013.
- Desenvolvimento de sistema informatizado com código de barras e leitor, visando melhorar o fluxo de registro de entrega de produtos e vendas dos mesmos na “Feira Permanente”, bem como controle por produtor.

Estas práticas têm levado o encorajamento e o fortalecimento da união dos produtores da agricultura familiar bem como dos assentamentos da Reforma Agrária. Novas propostas por parte dos produtores estão sendo coletadas nas visitas. Além do exposto, existem inúmeras propostas de tecnologias sustentáveis com base nas demandas encontradas, como:

- Dia de campo sobre proteção de minas d’água;
- Dia de campo sobre Implantação de Horta Comunitária;
- Oficina de Confecção de produtos de higiene pessoal e de limpeza de maneira sustentável;
- Oficina sobre Patchwork (arte em retalhos);
- Palestra para Formação e acesso ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).
- Palestra sobre Economia Solidária.

Diante da realização da presente pesquisa pode-se inferir que a aprovação de novos projetos permite a continuidade das ações que já vem sendo desenvolvidas pela Unitrabalho/UEM no processo de incubação dos empreendimentos e o acompanhamento sistemático dos novos grupos que vão se formando durante o processo.

É possível apontar a evolução dos trabalhadores no aumento da renda e na aquisição de saberes, tanto técnicos como políticos, de direitos ao trabalho e a saúde, de cidadania e elevação dos níveis de escolaridade. Os resultados também podem ser observados na mudança na forma de trabalhar o plantio e ações preventivas, especialmente nas culturas de produtos orgânicos, como a fruticultura.

Além disso, observa-se a mudança de postura dos trabalhadores frente aos governantes, mostrando mais segurança ao reivindicar o que pretendem em reuniões, encontros formais e informais. Além disso, pode-se destacar o aumento da demanda dos trabalhadores que pretendem organizar seus empreendimentos associativos e autogestionários. O trabalho na perspectiva de gênero também possibilita que as mulheres resgatem a autoestima e busquem emancipação por meio do trabalho coletivo autogestionário.

A incubação dos empreendimentos praticada pela Incubadora é um processo prático educativo de organização e acompanhamento sistêmico visando o suporte técnico e social. O método pedagógico praticado consiste num processo de construção dialógico e participativo entre os membros da equipe orientadora, entre os trabalhadores do grupo atendido, entre os grupos atendidos e entre a equipe orientadora e os trabalhadores acompanhados, procurando respeitar os limites e tempo de aprendizagem dos mesmos. Nessa interação acontece a união e troca de saberes acadêmicos populares, a compreensão do funcionamento do conjunto do empreendimento autogestionado (visão de totalidade integrada) e o estímulo à formação da identidade do grupo, democracia interna e sua autonomia frente a equipe de orientadores.

O trabalho desenvolvido pelo Núcleo/Incubadora Unitrabalho também gera impactos para a universidade que sedia o projeto pois as atividades de extensão permeiam cada vez mais ações das Universidades. A Incubação de empreendimentos, um trabalho voltado, eminentemente, para a comunidade, possibilita essa inserção da Universidade na comunidade, trazendo a esta a oportunidade de acesso a conhecimentos vários gerados por aquela. As pesquisas realizadas na Universidade podem contribuir para a melhoria de sua produção e das técnicas de gerenciamento de seus empreendimentos. Viabiliza também para que a universidade não fique apenas na teorização e avance, agregando o conhecimento teórico nela gerado, ao prático. Coloca-a no espaço da exclusão social da qual ela teoriza com muita distância. A equipe de orientadores que envolve, também, os acadêmicos passam a viver uma realidade concreta que antes estava distante, conhecendo-a apenas por processo de abstração. Esse é um aprendizado de muita riqueza.

Outra questão importante é a vivência da multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, visto que numa Incubadora se faz necessário agregar várias áreas do conhecimento produzido na universidade, tais como: Educação, Sociologia, Economia, Administração, Contabilidade, Direito, Psicologia e outras mais de acordo com o ramo de atividade do grupo ou empreendimento, como a agronomia, zootecnia, engenharia de alimentos entre outras.

Nas ações de incubação a perspectiva de acompanhamento sistemático é em grande medida garantida com a presença de técnicos e acadêmicos disponibilizados para o Projeto. De outra forma os docentes não teriam condições de sair a campo tão frequentemente, devido às demais atribuições que lhe são conferidas pela Instituição. O trabalho desenvolvido por técnicos e acadêmicos sob a competente orientação dos professores, através de reuniões de

planejamento e readequação de atividades é fundamental. Tal atividade não seria possível sem recursos públicos para a contratação de técnicos e bolsas de acadêmicos, nas áreas correlatas à incubação.

Além disso, o incentivo à vocação extensionista da Universidade colabora para a solidificação do tripé indissociável (ensino, pesquisa e extensão) e amplia o potencial para atividades de estágio não-remunerado, colaborando com a formação acadêmica e humana dos discentes envolvidos. O projeto ao beneficiar a Incubadora de Empreendimento Econômicos Solidários da UEM (Núcleo/Incubadora Unitrabalho UEM), fomenta a ampliação da discussão sobre Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional no interior das Universidades e também nos Municípios (através dos eventos realizados e outras atividades correlatas).

Entretanto, ressaltam duas questões: a primeira está relacionada a continuidade do trabalho desenvolvido pela Unitrabalho e a segunda a continuidade dos empreendimentos. A primeira questão está diretamente relacionada aos programas apoiados pelo Governo Federal e Estadual, pois o trabalho de campo realizado pelos docentes, técnicos e estagiários depende de recursos oriundos desses programas. Já a segunda questão, que se refere a continuidade dos empreendimentos, está condicionada a dois fatores: por um lado, a autogestão do empreendimento que é desenvolvida ao longo do processo de incubação, e por outro lado, a aprovação de novos projetos que contemplem as necessidades manifestadas.

Neste contexto destaca-se a importância em tratar a temática sobre a continuidade do trabalho desenvolvido pela Unitrabalho em termos de políticas públicas ao combate da pobreza, e como meio de produção e transferência de conhecimento, já que trata-se de um grande projeto que demanda de forma especial a vontade política do Estado, oriunda da busca em garantir os direitos sociais.

4 Considerações Finais

No Brasil, país fortemente marcado pelas distorções na distribuição da renda, uma das estratégias do Estado para reduzir as desigualdades sociais está no âmbito da promoção da produção e transferência do conhecimento técnico, atendendo aos preceitos da economia solidária, que tem o intuito de reintegrar à sociedade a população marginalizada pelas forças mercadológicas.

Verificou-se que as atividades e ações desenvolvidas pela Unitrabalho/UEM contribuem para o alcance do objetivo de produzir e transferir o conhecimento técnico às populações que incorrem em maiores vulnerabilidades sociais.

O sucesso decorre em grande parte da forma como são conduzidas as atividades e ações, pois envolve a participação direta dos integrantes dos empreendimentos com a equipe da Incubadora. Assim, a participação dos beneficiários na gestão do empreendimento permite um processo coletivo de cooperação no qual a equipe necessariamente interage com os beneficiários buscando de maneira conjunta o encaminhamento e as possíveis soluções das dificuldades existentes.

Portanto, trata-se de uma práxis coletiva e dialógica, onde as ações, resoluções e os encaminhamentos nunca são tomados à revelia do beneficiário final que é o trabalhador dos empreendimentos incubados. Este fato pode ser observado em todos os momentos do processo de incubação. Há uma troca, construção e reconstrução conjunta de conhecimentos acadêmicos (teóricos e técnicos) e populares, ambos indispensáveis ao

processo, visando à organização e viabilidade dos empreendimentos associativos de autogestão.

5 Referências Bibliográficas

ARAUJO, Y.M.C. O papel da Universidade na Economia Solidaria: desafios e possibilidades. Revista Ciências Sociais, vol 4, ago 2008. Disponível em www.editoraufjf.com.br. Acesso em 17 maio 2013.

BARROS, R. P., HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. In: Henriques, R. (Org.). Desigualdade e pobreza no Brasil. IPEA: Rio de Janeiro, 2000, p. 21-47.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Emenda Constitucional nº 31, de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: março 2013.

CULTI, M. N; KOYAMA, M A. H; TRINDADE, M. Economia Solidária no Brasil: Tipologia dos empreendimentos econômicos solidários. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

DEMO, P. **Política Social do Conhecimento – Sobre futuros do combate à pobreza**. Vozes, Petrópolis, 2000, 2a ed.

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA. Relatório Técnico Final. **Projeto Formação de Empreendimentos Associativos de Autogestão de Produtores Familiares de leite e maracujá orgânico**: geração de renda e Assistência técnica nas regiões central e noroeste do Estado do Paraná. Convênio 0437/2008 e 049/2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Relatório de execução** – 01/07/2010 a 31/12/2010. Edital MDS/SESAN 08/2007 – Proninc.

NEUMANN, M. ; ALBUQUERQUE, M. R. ; IZEPAO, R. L. Incubation of Solidarity Economic Enterprises: The Experiences of the Incubator Unitrabalho-Universidade Estadual de Maringá-UEM in Paraná State-Brazil. **13th Bien Congress**. Munich. 2012.

NÚCELO/INCUBADORA UNITRABALHO-UEM. **Programa Multidisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho e os Movimentos Sociais**. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.uem.br/>>. Acesso em: março 2013.

OLIVEIRA, PEDRO., SIMÕES, JOSÉ. **As cooperativas como agentes de empreendedorismo social na era da economia do conhecimento**. Disponível em: <<http://repositorio.ipsantarem.pt/handle/10400.15/76>>. Acesso em: março 2013.

SINGER, P. A economia solidária no governo federal. Brasília:IPEA, 2004. Disponível em www.mte.gov.br. Acesso em 18 maio 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Relatório do Projeto Maraleite. **Projeto Formação de Empreendimentos Associativos de Autogestão de Produtores Familiares**

de leite e maracujá orgânico: geração de renda e Assistência técnica nas regiões central e noroeste do Estado do Paraná. Convênio 0346/2009.